

# TOPONÍMIA E FONÉTICA HISTÓRICA NO DOMÍNIO GALEGO-PORTUGUÊS: NOTAS PARA UMA LINHA DE TRABALHO<sup>1</sup>

Paulo MARTÍNEZ LEMA  
Instituto da Lingua Galega (Universidade de Santiago de Compostela)

## 1. A TOPONOMÁSTICA COMO AUXILIAR DA FONÉTICA HISTÓRICA

Enquanto disciplina focada no estudo sistemático e científico dos nomes de lugar de um determinado território e/ou área linguística, a toponomástica costuma envolver uma certa perspectiva diacrónica. Este aspeto pode ser comprovado com facilidade naqueles autores e contributos mais clássicos ou tradicionais, muito voltados para a dimensão etimológica da toponímia, quer dizer, para a identificação da forma linguística da qual o topónimo deriva, a sua atribuição a um estrato linguístico mais ou menos bem definido e, com certeza, a reconstrução do processo de evolução formal experimentado pelo étimo até ao período histórico escolhido como termo *ad quem* do estudo (e que, já agora, costuma vir a coincidir com os tempos atuais). Portanto, qualquer pessoa que tenha enfrentado nalguma ocasião pesquisas deste tipo terá reconhecido também a importância fundamental que deve ser concedida às fontes documentais, desde que queira dotar o trabalho toponomástico de um rigor e uma seriedade que o afastem daquilo que podemos chamar de “toponímia ficção” ou simples lucubração erudita.

Mais concretamente, os dados coligidos nos textos medievais e ainda nos repertórios de cronologia mais avançada<sup>2</sup> constituem ferramentas muito valiosas que podemos utili-

1. Esta pesquisa foi realizada ao abrigo do *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), projeto de investigação que está a ser desenvolvido no Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela desde 2008. Apesar de estarmos atualmente numa fase de coleta e implementação da toponímia contida em diversas fontes portuguesas, a maior parte dos materiais coligidos procedem de documentação redigida no território da atual Galiza administrativa, e é por isso que neste contributo serão os topónimos galegos que contarão com uma maior presença em termos quantitativos. Acerca do ITGM, pode-se aceder a mais informação no site <<http://ilg.usc.es/itgm>>.

2. Quanto às fontes medievais, referimo-nos sobretudo àqueles textos tabeliônicos gerados no âmbito privado (quer dizer, testamentos, vendas, trocas, contratos de aforamento etc.). Já no que diz

zar para confirmarmos uma determinada hipótese etimológica, para questioná-la ou até para excluí-la de vez em favor doutras interpretações mais coerentes com a informação linguística e/ou extra-linguística que os documentos nos fornecem. Ora bem, é evidente que esta importância metodológica incontornável dos registos documentais para a interpretação certa dos itens toponímicos não deve levar-nos a uma subestimação das suas limitações e lacunas. O complexo processo de transmissão textual (que fez com que muitos documentos tenham chegado a nós através de cópias e traslados), bem como a própria edição moderna dos documentos (e, nomeadamente, a maior ou menor perícia do editor à hora de lidar com o material onomástico), constituem importantes fatores de distorção que devem ser tidos em linha de conta. Além do mais, é importante não esquecer que o registo toponímico fica subordinado, como qualquer outro elemento linguístico contido no texto, às práticas e aos padrões escriturários em vigor num período histórico determinado. Assim sendo, os topónimos irão ficar expostos à ação mais ou menos intensa da relatinização formal e / ou semântica, bem como, em épocas mais recentes, às consequências diretas e indiretas dos processos de castelhanização. Ainda, a ausência de um padrão linguístico minimamente homogêneo no período medieval faz com que um item toponímico possa vir a ficar codificado num mesmo texto através de uma quantidade muito elevada e diversa de variantes gráficas.

Apesar destas problemáticas inerentes a qualquer linha de trabalho que envolver o tratamento de textos antigos, e retomando a matéria principal desta primeira alínea, o conhecimento da evolução dos nomes de lugar, enquanto formas linguísticas que nunca deixaram de ser, permite-nos não só traçar uma visão muito mais completa do (sub)sistema toponímico através daqueles elementos que o compõem, mas também aproximar-nos melhor de certos fenómenos fonéticos, morfológicos e até lexicais cuja deteção resulta mais difícil noutras domínios da língua comum. É precisamente essa situação de certa excecionalidade que costuma relegar esses fenómenos a uma simples nota a rodapé em muitas das descrições diacrónicas que têm sido realizadas para o âmbito linguístico galego-português. O corolário que podemos tirar destas mínimas observações é evidente: a aspiração de elaborarmos uma gramática histórica completa, representativa e exaustiva deverá envolver a exploração de um corpus formado por um considerável volume de itens toponímicos. Dito isto, apressemo-nos a acrescentar que tais itens deverão estar testados o suficiente, quer dizer, teremos de operar de preferência com aquelas formas das quais tivermos um grau de certeza elevado no que diz respeito à sua origem e evolução linguística, e para as quais existirem apoios documentais confiáveis, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Daí que uma grande porção do material toponímico comunmente explicado a partir de estádios linguísticos e / ou ambientes culturais prévios à romanização tenha uma utilidade limitada para este propósito, já que na sua interpretação (ressalvando felizes e bem conhecidas exceções) costuma existir uma percentagem relativamente elevada de especulação.

---

respeito a períodos históricos mais recentes, para o caso galego basta pensar na importância de uma fonte como o *Catastro del Marqués de Ensenada*, por acaso disponível on-line através do *Portal de Archivos Españoles* (<<http://pares.mcu.es/Catastro/>>).

Portanto, a análise rigorosa do material toponímico pode contribuir para o estudo diacrónico da língua em várias maneiras, as quais, em última análise, podem ser resumidas em dois grandes pontos:

(a) Como apontado acima, há inúmeros itens toponímicos cuja evolução serve para ilustrarmos fenómenos não registados na língua comum, por terem deixado de ser operativos nela ou simplesmente por terem ficado reduzidos a uma característica marginal e minoritária. A língua comum, seguramente, encontra-se muito mais submetida a processos de regularização e analogia responsáveis pelo apagamento de soluções que, entretanto, vieram a ficar fossilizadas no registo toponímico e continuam a ser acessíveis através dele.

(b) De resto, muitos desses topónimos, desde que definidas as fases principais da sua evolução e os mecanismos envolvidos nela, podem vir a enriquecer o repertório de exemplos disponíveis para fenómenos já descritos nos manuais e obras especializadas, e ainda fornecer dados novos acerca dos contextos e/ou condições específicas sob as quais tais fenómenos se produziram.

Na verdade, esta relação entre toponomástica e linguística histórica pode ser descrita em termos de reciprocidade, quer dizer, são duas disciplinas que se retroalimentam: o estudo diacrónico da língua pode e deve mesmo munir-se de dados interessantes no repertório toponímico, mas não esqueçamos que é o quadro interpretativo da gramática histórica que nos fornece as pautas certas a implementar na análise da formação e evolução dos topónimos.

## 2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Ao longo das epígrafes seguintes forneceremos uma série de exemplos retirados da toponímia galega e portuguesa que salientam a utilidade da toponomástica para os estudos de fonética histórica. Como apontado no apartado introdutório, os tais exemplos servirão para deitar alguma luz sobre uma série de fenómenos que não costumam estar representados nos manuais de história da língua galego-portuguesa ou que, no caso de o estarem, não contam com um tratamento tão profundo e exaustivo como aquele que permite o concurso de materiais toponímicos.

Nas nossas explicações lançaremos mão de abundantes testemunhos coligidos da documentação medieval galega e portuguesa. Salvo quando indicadas explicitamente outras fontes, todos os registos toponímicos explorados neste trabalho foram retirados quer do *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae* (para a documentação latina) quer do *Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega* e do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (para a documentação romance).

Já no que às formas modernas dos topónimos diz respeito, resolvemos manter para os itens galegos as formas recolhidas e fixadas no *Nomenclátor de Galicia*.<sup>3</sup> De resto, e de

3. Somos cientes de que este critério pode resultar discutível, porque, no confronto da toponímia galega com a portuguesa, a sua implementação pode vir a gerar duplicidades justificáveis em base prin-

maneira a flexibilizarmos a indicação (que achamos necessária e pertinente) das referências geográfico-administrativas dos topónimos, utilizaremos para elas as abreviaturas a seguir: AS (Astúrias), BA (Beira Alta), BL (Beira Litoral), C (A Coruña), DL (Douro Litoral), LU (Lugo), M (Minho), OU (Ourense), P (Pontevedra), PA (Palencia), TM (Trás-os-Montes).

### 3. A PALATALIZAÇÃO DO VOCALISMO PRÉ-TÓNICO

São muitos aqueles topónimos nos quais podemos observar como uma vogal em posição pré-tónica e de articulação etimológica labiovelar tende a adiantar o seu ponto de articulação (tornando-se uma vogal [i]) quando seguida de uma consoante de articulação (pré-)palatal. O léxico comum fornece-nos casos que permitem esclarecer o tipo de fenómeno que estamos a descrever, o qual, como a seguir comprovaremos, nem sempre se verificou nos mesmos lexemas em galego e em português: e.g. \*OCŪLIÖLŪ > \**olhó* > gal. *illó* (port. *ilhó*), \*FOLIÖLA > *folhoa* > gal. *filloa* / *filló* (port. *filhó*),<sup>4</sup> \*USTIÖLU > \**ochó* > gal. e port. *ichó*, \*(HORA) MANEĀNA > gal. dial. \**miñán* (cfr. gal. padr. *mañá*, port. *manhã*), \*CASTANEĀRIU > gal. *castiñeiro* / port. pop. *castinheiro*<sup>5</sup> (cfr. port. padr. *castanheiro*) etc. Na bibliografia especializada, casos como os anteriores costumam ser descritos como simples exemplos de dissimilação entre vogais idênticas ou similares situadas em sílabas consecutivas (Ferreiro 1999: 198-199). No entanto, uma explicação deste género ignora a existência de um factor comum a todos estes itens e que é, de facto, o responsável pelas alterações de localização e timbre experimentadas pela vogal pré-tónica: a presença em todos os exemplos de uma consoante de articulação (pré-)palatal em contato direto com a vogal.

Se voltarmos ao âmbito da toponímia, os exemplos que podemos invocar são, como dizíamos no começo, abundantes para além de representativos. Talvez um dos mais ilustrativos seja o topónimo moderno *Morixoso*, nome de uma aldeia do conc. As Pontes (C) que encontramos documentado no Tombo de Caaveiro como *Murugoso* (c. 936) e *Murugoso* (c. 742-c. 936), e que portanto podemos interpretar como sendo um derivado toponímico do fitónimo *moruxa* / *muruxa* (cfr. port. *murugem/meruge* / *marugem*). Basta

---

cipalmente às diferenças ortográficas, mas com umas mínimas implicações linguísticas reais (*Carballo/Carvalho*, *Tixó/Tijó* etc.). No entanto, esta decisão baseia-se em fundamentos estritamente pragmáticos e só visa facilitar o reconhecimento dos topónimos, bem como evitar eventuais confusões no leitor.

4. Ainda num documento do mosteiro de Oseira, com data de 1238, deparamo-nos com a cadeia antroponímica *Iohannes Folola*. Segundo comunicação pessoal do professor Xosé Henrique Costas, a forma não infletida *folló* continua a ser de uso comum nas variedades galego-portuguesas do vale do Xálama (Cáceres).

5. As latinizações desta forma patrimonial (quer como substantivo comum quer nas suas concreções toponímicas) na nossa mais antiga documentação alto-medieval, sob formas como *castinario* e similares, patenteiam a antiguidade deste fenómeno.

confrontar as formas medievais apontadas com a solução moderna para concluirmos a necessidade de uma fase intermédia \**Moruxoso* na qual operou o fenómeno de palatalização da vogal pré-tónica ([u] > [i]). Idêntico foi o processo que se produziu na forma *Murixoso*, ítem que faz parte de vários sintagmas microtoponímicos registados no conc. Castrelo do Val (OU) e no qual a palatalização do vocalismo pré-tónico teve ainda como efeito secundário o fechamento da vogal pré-tónica inicial ([o] > [u]). De resto, existem no território galego outros topónimos pertencentes à mesma série mas que, entretanto, conservaram o vocalismo velar etimológico: eis formas como *A Muruxosa*, *(O) Muruxal* ou *Muruxás*, por exemplo.

Oferece também um interesse especial para o fenómeno fonético que estamos a analisar a alargada família toponímica derivada do fitónimo *toxo* (port. *tojo*), denominação da planta conhecida na nomenclatura científica como *Ulex europaeus* e que encontra cognatos noutras variedades românicas, como as formas *toxu* e *toyu* no ásturo-leonês ou *toujo* no gascão (Navaza 2006: 536).<sup>6</sup> Segundo os dados do *Nomenclátor de Galicia*, existem em território galego até quatro aglomerados populacionais denominados *Tixosa* e espalhados pelos concelhos da Bola e Gomesende (OU), Crecente (P) e Boimorto (C). Para várias delas dispomos de registos documentais antigos e numerosos o suficiente como para definirmos, com uma mínima margem de erro, a sua base etimológica. Assim sendo, o *Tixosa* do conc. A Bola aparece sob a forma *Togiosa* (TCe 1005, 1156), enquanto para o seu homónimo do conc. Gomesende coligimos a variante *Togosa* em documentos do Tombo de Fiães com data de 1228 e 1237, respetivamente. Por seu lado, em documento redigido no mosteiro de San Cristovo de Dorneá com data de 1150 é mencionado um *monte Togosa discurrente flumine Isso* que pode ser identificado de certeza com o atual *Tixosa* existente no termo concelhio de Boimorto. Portanto, parece ficar fora de dúvida que a origem comum destes itens toponímicos deve ser procurada numa forma antiga \**Tojosa*, explicável em termos morfológicos e semânticos como sendo um derivado de \**tojo* (> *toxo*), e na qual a ação da consoante fricativa pré-palatal sonora [ʒ] (ou então da sua variante surda [ʃ], se por acaso o fenómeno tivesse vindo a consolidar-se em datas mais serôdias) propiciou a palatalização da vogal pré-tónica.

É claro que o processo que acabámos de descrever para a forma *Tixosa* dá para ser extrapolado quer para cognatos portugueses como *Tijoso* e *Tijosa*, quer para outros derivados do fitónimo *toxo* registados fundamentalmente na microtoponímia galega e para os quais, infelizmente, carecemos de um apoio documental tão sólido como para os casos precedentes. Para além de *Tixoso* (nome de uma povoação do conc. Paderne, C), podemos evocar exemplos como *A Tixosiña*,<sup>7</sup> *Monte da Tixó*,<sup>8</sup> *As Tixosas*,<sup>9</sup> *Penedo das Tixo-*

6. Para uma síntese das principais hipóteses existentes na bibliografia especializada acerca da origem destas formas, *vid.* Martínez Lema (2011: 269).

7. Denominação de um acidente costeiro na freg. Oeste (conc. Catoira, P).

8. Nome de terras de cultivo na freg. Oeste (conc. Catoira, P). Para explicarmos a forma *Tixó* teremos de admitir uma fase intermédia \**Tojoa* (< \**Tojola* < \**TOGIOLA*), tendo em linha de conta que o tratamento fonético [ʼoa] > [ʼo] é característico da área geográfica em que o tal topónimo se localiza.

9. Segundo Gonzalo Navaza (2006: 541), denominação de um local não habitado pertencente ao conc. Xinzo de Limia (OU).

*sas*<sup>10</sup> ou *Regueiro da Tixosa*,<sup>11</sup> entre outros. É provável que possamos acrescentar ainda outros itens em que, segundo parece, a palatalização também veio a produzir-se, mas sem a vogal pré-tónica ter experimentado uma elevação total do seu timbre: eis exemplos como *Texosa*,<sup>12</sup> *As Texidas*<sup>13</sup> e talvez também *Texares*.<sup>14</sup> Um aspeto a termos em linha de conta é que, em todos os exemplos invocados, o fenómeno de palatalização veio a completar-se mesmo com o risco de gerar itens novos, semanticamente menos transparentes para os falantes (ao serem mais difíceis de relacionar em termos etimológicos com a vivíssima e produtiva forma *toxo*) e, portanto, também com uma ancoragem motivacional menos consistente. Este dado, pelo menos em aparência, parece contradizer a tendência geral dos nomes de lugar para manterem-se motivados, pauta bastante recorrente na toponímia.

Relacionada indiretamente com a série toponímica derivada de *toxo* está a forma *Toxa*, nome de uma povoação da freg. Silleda (no concelho pontevedrés homónimo), bem como de uma corrente fluvial que dá as suas águas ao rio Deza. A forma *Toxa* (de resto, existente noutros pontos do território galego)<sup>15</sup> tem sido explicada como mais um derivado do fitónimo *toxo*, mesmo que outros autores defendam para ela uma origem hidrónica. Para além destes debates etimológicos,<sup>16</sup> cujo interesse é limitado para o tema em foco, devemos ter em linha de conta a existência do topónimo *Tixoa*, nome de um local da freg. Refoxos (conc. Silleda, P) situada, precisamente, nas margens do rio Toxa. Como já soube ver Edelmiro Bascuas (2006: 122), este dado geográfico apresenta grande relevância para interpretarmos corretamente ambos os topónimos, pois o par *Toxa/Tixoa* poderá ser homologado a outros como os galegos *Ulla/Ulloa*, *Tambre/Tamarela*, *Sarl Sarela* e ainda os portugueses *Paival/Paivó*, *Vouga/Voucela* ou *Ave/Vizela*. A pauta que se repete de maneira sistemática em todos eles é fácil de definir: a partir de um hidrónimo primário cria-se, mediante o acréscimo de sufixos como *-öLU* / *-öLA* e *-ëLLU* / *-ëLLA* (os quais por acaso patenteiam a grande antiguidade deste género de formações), um derivado de carácter diminutivo que vem a ser aplicado quer a um afluente da corrente fluvial

10. Segundo Gonzalo Navaza (2006: 541), denominação de um local não habitado no conc. Monterrei (OU).

11. Denominação de uma corrente fluvial do conc. Vilar de Barrio (OU).

12. Denominação de uma povoação na freg. Mañufe (conc. Gondomar, P).

13. Nome de terras de cultivo na freg. Cadós (conc. Bande, OU). A apoiar uma interpretação fito-toponímica deste item está a presença do sufixo *-idol-ida*, relativamente comum na formação de derivados toponímicos a partir de termos botânicos. Assim sendo, *As Texidas* viria a encontrar paralelos noutros topónimos galegos como *O Toxido* (conc. Sarria, LU) ou ainda *Toxide* (conc. Monterroso, LU), desde que explicado como sendo uma variante de *\*Toxida* com vogal pós-tónica final relaxada (fenómeno, como veremos em §2.3.1, de maneira nenhuma excepcional na toponímia galego-portuguesa).

14. Denominação de um caminho na freguesia do Grove (conc. O Grove, P), por acaso forma pluralizada de um antigo *\*tozar* (< *\*tojal* < *\*TOGIALE*).

15. Segundo os dados do projeto *Toponimia de Galicia*, a forma *Toxa* designa também um monte na freg. Vilacova (conc. Lousame, C).

16. Para um comentário crítico de algumas destas propostas, *vid.* Navaza (2006: 537-538). Para uma hipótese mais recente, também de carácter hidrónico, voltada para o substrato paleo-europeu e ainda com referências a trabalhos anteriores doutros autores, *vid.* Bascuas (2006: 124-127).

principal quer ao tramo mais alto do seu curso, circunstância que conferimos no caso de *Toxa* e *Tixoa*. Assim sendo, a forma *Tixoa* encontra explicação satisfatória a partir de um antigo derivado *\*Tojoa* (< *\*Tojola* < *\*TOGIÖLA*), sobre cuja vogal pré-tónica, em datas infelizmente impossíveis de determinar, exerceu mais uma vez a sua influência a consoante fricativa pré-palatal (sonora [ʒ] ou já ensurdecida [ʃ]). Como explicado para a forma *Tixosa* e demais itens relacionados etimologicamente com ela, a alteração fonética *\*Tojoa* > *Tixoa* prevaleceu mesmo com o risco de apagar a motivação primária do topónimo e de degradar a sua conexão formal com o hidrónimo do qual procede em última análise, quer dizer, de *Toxa*.

Um outro lexema com grande repercussão no registo toponímico é *foxo* (port. *fojo*), procedente do lat. *\*FOUEU* e cujos derivados toponímicos podem fazer referência não só a certos tipos de orifícios artificiais no terreno, mas também a estruturas especificamente construídas para a captura de determinados animais, entre os quais o lobo. Nalguns casos, essa motivação fica explicitada pela própria estrutura do sintagma toponímico mediante o acréscimo de determinados modificadores nominais: eis casos como *O Foxo do Lobo*, *O Foxo do Cabrito* e outros do género. Como assinalado por Moralejo Lasso (1977: 137-143), um sintagma *\*FOUEU LUPALE* veio a gerar nas áreas orientais do território galego topónimos como *Foilebar* (concs. O Incio, Paradela e Sarria, LU), *Follobal* (conc. As Nogais, LU) e ainda *Fillobal* (conc. Triacastela, LU), este último com signos evidentes do processo de palatalização da vogal pré-tónica. No ocidente das Astúrias, em terras ainda galegófonas, existe uma corrente fluvial denominada *Folloval* no conc. San Martín de Ozcos (Varela Aenlle 2010: 59). A documentação medieval patenteia ainda a presença dessa mesma estrutura toponímica em território português, onde se conserva o topónimo *Fojo Lobal* (conc. Ponte de Lima, M).

Talvez relacionado com este tipo de construções esteja o topónimo *Fixós*, nome de uma freguesia do concelho de Lugo cuja vinculação etimológica com *\*FOUEU* vem apoiada pelos testemunhos documentais de que dispomos: eis registos como *Fogoos* (DCL 1314) ou *Santa Maria de Foioos* (DCL 1333), formas que autorizam a reconstruir uma fase intermédia *\*Fojolos* (< *\*FOUËÖLOS*) com valor diminutivo. A datação relativamente baixa de ambos os testemunhos parece indicar que, pelo menos neste caso, a palatalização da vogal pré-tónica a explicar a forma atual se produziu numa altura mais ou menos recente.

De resto, este topónimo fornece-nos algumas pautas para explicar outros itens cuja relação etimológica com *\*FOUEU* parece, à partida, muito verosímil, e nos quais também se verificou a alteração do vocalismo pré-tónico. Desta maneira, sabemos da existência da forma *Fixón*, com uma presença quantitativa muito salientável no território galego, e provavelmente variante de *Foxón*, que também registamos (quer como elemento autónomo quer a fazer parte de sintagmas mais complexos) na nossa toponímia maior e menor. O mesmo pode ser dito quanto a *Fixaco*, variante divergente do mais habitual *Foxaco*, da mesma maneira que em Portugal encontramos *Fijacos* a par de formas como *Fujaco* e *Fujaca*. No que diz respeito a topónimos como *O Refixón*, parece legítimo interpretá-lo em relação com o subst. *refoxo* ‘concavidade do terreno, caverna, gruta’, que identificamos como constituinte de diversos topónimos galegos. No entanto, para outros casos não conservamos cognatos com vocalismo pré-tónico etimológico: eis o exemplo de *Fixó*

(procedente de \*FOUEÖLU ou de \*FOUEÖLA, em função da zona geográfica em que nos encontrarmos) e de *Fixoas* (< \*FOUEÖLAS), para os quais desconhecemos a existência dos esperáveis correlatos \**Foxó* e \**Foxoas*.

Outro lexema que nos pode fornecer exemplos deste fenómeno de palatalização do vocalismo pré-tónico é o subst. *laxellaxa* (port. *lajellaja* e ainda *lájea* e *lajem*), com o significado ‘pedra grande de superfície plana’, ‘lousa’. Para este litónimo costuma ser aceite um étimo \*LAGĒNA coerente com os numerosos registos coligidos na documentação alto-medieval e que, em última análise, pode ser explicado a partir do substrato linguístico pré-latino (Cabeza Quiles 2014: 333-336). Quanto ao seu impacto toponímico, deparamo-nos com este tipo léxico não só como elemento autónomo, mas também como base de diversos derivados entre os quais *Laxoso/Laxosa* (port. *Lajeosa*), *Laxeiro(s)/Laxeira(s)* ou *Laxelas* (port. *Lagielas*). Neste contexto (e ainda sem pormos de parte a hipótese de nalguns casos existir uma relação mais verosímil com o subst. *lixollijo* ‘sujidade, porcaria’), é pelo menos digno de ser levado em consideração que o derivado *Lixoso/Lixosa* seja precisamente uma variante do par *Laxoso/Laxosa*, como em *Fonte Lixosa*,<sup>17</sup> *O Porto Lixoso*,<sup>18</sup> ou *O Valixoso*<sup>19</sup> (< \**Val Laxoso*). Da mesma maneira, os restantes derivados acima indicados contariam com cognatos com vocalismo pré-tónico palatalizado nas formas *Lixeiro*<sup>20</sup>/*Lixeira*<sup>21</sup> e *Lixelas*,<sup>22</sup> respetivamente. Devemos ainda acrescentar a forma *Lixó*, para a qual, da mesma maneira que para o seu correlato português *Lijó*, poderemos defender uma fase antiga \**Lajó* (< \**Lajoa* < \**Lajola*), com valor diminutivo.<sup>23</sup> Porém, é aqui que temos de alertar para o risco de deixar-nos guiar por homónimas fortuitas que, às vezes, podem mesmo levar-nos a incluir certos topónimos em séries ou famílias com as quais na verdade não têm nada a ver. Tal é o caso da forma *Lijó* que dá nome a um local da freg. Vilar de Andorinho (conc. Vila Nova de Gaia, DL) e que registamos até em três ocasiões como *Eligoo* no conhecido “finto” dos casais de Lijó, texto redigido no mosteiro de São Pedro de Pedroso por volta de 1224-1226. Assim sendo, parece mais lógico interpretar a vogal palatal deste topónimo como sendo etimológica, bem como procurar a sua origem não num antigo \*LAGĒNA mas num derivado ECCLESĪOLA (← lat. ECCLESĪA) que, como é bem conhecido, veio a gerar inúmeros resultados toponímicos na área galego-portuguesa (*Grixoa*, *Grixó*, *Eirexúa*, *Irixoa*, *Grijó*, *Irijó*, *Alijó* etc.).

17. Denominação de um local da freg. Cornanda (conc. Brión, C).

18. Denominação de uma extensão de terras de cultivo na freg. O Tameirón (conc. A Gudiña, OU).

19. Denominação de um pequeno vale na freg. Servoi (conc. Castrelo do Val, OU).

20. Registamos esta forma como constituinte dos microtopónimos *A Eira de Lixeiro*, *A Horta de Lixeiro* e *A Zarra de Lixeiro* (conc. Santiso, C), e ainda em *A Viña do Lixeiro* (conc. Castro Caldelas, OU).

21. Aparece como componente do topónimo *A Lixeira de Noia*, denominação de terras de cultivo na freg. Rial (conc. Val do Dubra, C).

22. A forma *Lixelas* dá nome a terras de cultivo na freg. Suevos (conc. Arteixo, C). Por enquanto, registamos *As Lixelas* também como topónimo agrário nas freguesias de Cerdido (conc. Cerdido, C) e de Abade (conc. Moeche, C).

23. Reparemos em que a forma *Lixó* aparece como topónimo nos concelhos de Catoira (P), Porto do Son e Ribeira (C), quer dizer, numa área geográfica em que veio a prevalecer a solução [‘oa] > [‘o] para a terminação latina -ÖLA, dado que concede um grau maior de verosimilhança a esta proposta.

Origem antroponímica pode ser defendida para o topónimo *Illoi*,<sup>24</sup> denominação de um lugarejo da freg. Saavedra (conc. Begonte, LU) que identificamos como *Alloy* (DCL 1347) e já como *Illoy* na sequência antroponímica *Fernan Eanes de Illoy* (OMOM 1411). Da mesma maneira, algumas das soluções toponímicas originadas pelo antroponímico IULIANUS são de grande utilidade para ilustrarmos este tipo de alteração fonética. Noutro lugar (Martínez Lema 2007: 138) temos tratado do exemplo de *Illán*,<sup>25</sup> que num documento provavelmente trecentista conservado no Tombo de Sobrado aparece sob a sua versão latina como *ecclesia Sancti Iuliani*. Se quisermos explicar a passagem da estrutura SANCTI IULIANI para a forma toponímica atual, o único processo plausível passa por uma forma intermédia *\*Santullán* na qual teve lugar a palatalização da vogal pré-tónica (*\*Santillán*) e, num terceiro momento, ainda a queda do segmento inicial *sant-*, por motivos difíceis de determinar. Seja como for, a variante com vocalismo pré-tónico alterado *Yllan* aparece já num documento da Catedral de Mondoñedo redigido em 1488. De resto, as mudanças descritas para este caso repetem-se noutros exemplos pertencentes à mesma série antroponímica, quer sejam também haxiotopónimos (*San Xillao* < *\*San Xullao* < SANCTU IULIANU) quer não (*Xillán*<sup>26</sup> < *\*Xullán* < (UILLA) IULIANI, *Porçullán*<sup>27</sup> < *\*Porçullán* < PORTU IULIANI, cfr. med. *portum Iuliani* CDMACM 1183).

Noutros topónimos, mesmo não sendo capazes de definirmos para eles uma etimologia específica, temos certeza de que também se produziram fenómenos de palatalização. Tal é o caso, entre outros, de *Mixós*,<sup>28</sup> que encontramos largamente documentado em textos do mosteiro de Celanova dos séculos XII ao XV sob variantes como *Moxoos*, *Muxoos*, *Moxous*, *Moxos* ou *Muxos*, ou do port. *Milhundos*,<sup>29</sup> registado nas *Inquisitiones* (1258) como *Muludos* (Fernandes 1999: 425). Por seu lado, a ausência de registos documentais específicos vê-se compensada pelo recurso a outros fatores de tipo histórico e geográfico para o caso de *Bendilló*, freguesia do conc. Quiroga (LU), em cujas redondezas existe um outro local denominado *Bendollo*. Como explicado para *Toxa* e *Tixoa*, reconhecemos aqui mais um caso daquilo que costumamos denominar “toponímia replicante”, quer dizer, a partir de *Bendollo*, e com o intuito de designar uma outra povoação próxima de menor entidade, foi criado, em altura indeterminada, um derivado diminutivo *\*Bendollolo*, com evolução fonética regular no que ao sufixo diz respeito (*\*Bendolloo* > *\*Bendolló*) e palatalização da vogal pré-tónica em contato com a lateral [ʃ] (> *Bendilló*).

24. Para uma aproximação das possíveis etimologias deste topónimo, *vid.* Martínez Lema (2007: 138-139).

25. Denominação de uma freguesia e de dois lugarejos no conc. de Begonte (LU).

26. Denominação de uma freguesia, bem como de duas povoações de menor entidade, no conc. Chantada (LU). Encontramos o topónimo ainda com vogal pré-tónica velar nos primeiros testemunhos escritos (*Jullam* CDO 1136). Numa obra muito posterior como é o *Diccionario Geográfico Estadístico*, de Pascual Madoz (1846), observa-se a alternância entre as variantes *Jullán* e *Sillán* (sic), talvez sintoma de uma coexistência real na fala entre as duas formas (Méndez / Navaza 2004: 531).

27. Nome de um local na freg. Ribadeo, no concelho do mesmo nome (LU).

28. Nome de um local da freg. Estevesiños (conc. Montereí, OU).

29. Denominação de duas povoações pertencentes aos concelhos dos Arcos de Valdevez (M) e de Penafiel (DL).

Para além destes casos, queremos salientar também a existência de algum topónimo a sugerir que o fenómeno que estamos a tratar pode vir a produzir-se inclusive quando a consoante (pré-)palatal que o desencadeia não é etimológica, quer dizer, quando não obedece propriamente à evolução previsível de uma determinada sequência fónica, mas a quaisquer outras circunstâncias mais pontuais e menos sistemáticas. Tal poderia ser o caso do item *Sixaos*, que faz parte do sintagma toponímico *Cancela de Sixaos*<sup>30</sup> e para o qual achamos verosímil reconstruir uma forma tardo-latina \*SUSĀNOS (derivada de \*SUSUM e esta, por sua vez, variante da forma clássica SURSUM ‘acima’). Apesar de carecermos de apoio documental para defender com uma maior consistência uma hipótese deste género, não devemos esquecer que o derivado \*SUSĀNOS (bem como as suas diferentes variantes flexivas) gozou de continuidade no repertório toponímico galego-português, quer como forma autónoma (como *Susao*, *Susán* e *Susão*) quer a integrar sintagmas mais complexos (*Bande Susaos*, *Campo Susao*, *Vilasusao* < \**Vilar Susao*, *Vilasusán*, *Fontesusán*, *Lamasusán*, *Portela Susã* etc.). Mesmo assim, somos cientes de que a passagem de \*SUSĀNOS para *Sixaos* exige no mínimo duas alterações formais de alguma relevância e que, aliás, teriam de ter-se produzido numa ordem muito rígida:

(a) Em primeiro lugar, a palatalização da consoante fricativa alveolar [s] (> [ʃ]), quer dizer, \**Susãos* > \**Suxãos*. Este género de palatalizações constitui um fenómeno muito mais frequente do que à partida poderia parecer, quer no léxico quer na toponímia. A exemplos bem conhecidos como *xastre* (< SARTORE), *xordo* (< SURDU), *xabón* (< SAPONE) ou dial. *louxa* (vs. *lousa* < LAUSA) podemos ainda juntar outros como *Xabarís* e *Chafarís* (vs. *Sabarís* < \*SAUARICI), *Xamirás* (vs. *Samiráns* < \*SALAMIRANIS), *Xulacasa* (< \*SUB ILLA CASA) ou, mais estreitamente relacionados com o item em foco, *Suxo*<sup>31</sup> (< \**Suso*), *Ermedesuxo*<sup>32</sup> (< \**Ermo de Suso*, cfr. med. *Eremo de Surso* TO 1253, *Ermo de Sursum* TO 1253), *Vilasuxá* (< \**Vila Susá*) ou *Xuxaos* (< \**Susaos*), por evocarmos apenas aqueles casos mais transparentes e / ou melhor documentados.

(b) O segundo passo consistiria na palatalização da vogal pré-tónica [u] provocada por essa nova consoante fricativa de articulação pré-palatal com a qual passa a ficar em contato direto (\**Suxaos* > *Sixaos*).

Como dizíamos, trata-se de uma lógica evolutiva coerente e apoiada pela existência de paralelismos no sistema toponímico, mas que deve ficar no terreno da hipótese enquanto não houver dados documentais sólidos a lhe darem validade.<sup>33</sup> No entanto, confirmar esta etimologia para a forma *Sixaos* acarretaria que a palatalização da vogal pré-tónica pode ser induzida por consoantes cuja articulação (pré-)palatal foi adventícia.

30. Denominação de um local da freg. San Mamede de Lousada (conc. Guntín, LU).

31. Nome de uma povoação da freg. San Martiño de Ozón (conc. Muxía, C).

32. Denominação de duas povoações pertencentes à freg. Duio (conc. Fisterra, C).

33. De facto, outras explicações etimológicas seriam também defendíveis, como por exemplo a que vincularia *Sixaos* com o litónimo *seixo* (< latín SAXŪ).

## 4. A MONOTONGAÇÃO DO DITONGO ROMANCE [ow]

Nos falares do domínio galego-português, a evolução do ditongo latino e / ou proto-romance AU- (quer primário quer secundário) consistiu, em termos gerais, na assimilação da vogal nuclear ao ponto de articulação da semivogal velar (Ferreiro 1999: 70-71). O resultado foi um ditongo [ɔw] (> [ow]), conservado atualmente no galego e nas variedades portuguesas centro-setentrionais, enquanto no português centro-meridional veio a preponderar uma solução monotongada ([ow] > [o]) que, como sabemos, coincide com a pronúncia-padrão moderna<sup>34</sup> (mesmo mantendo-se o ditongo na escrita).

No entanto, a pauta geral que acabamos de descrever deve ser matizada por exemplos que parecem apontar para uma simplificação do ditongo AU- já em períodos históricos prévios à configuração do romance galego-português propriamente dito. Costumam ser casos bem conhecidos e recolhidos na bibliografia especializada, como AURÍCULA > \*ORÍCULA > *orella* (port. *orelha*)<sup>35</sup> ou PAUPERE > \*POPERE > *pobre*. Esta última oferece algum interesse, no sentido de que a forma plena, própria do latim clássico, foi reintroduzida posteriormente no repertório antroponímico alto-medieval (talvez a exemplo dos *nomina humilitatis* característicos da onomástica pessoal de inspiração cristã), vindo a gerar topónimos em que a evolução do ditongo passou a respeitar os parâmetros gerais (quer dizer, AU- > [ɔw] (> [ow])). Podemos conferir este extremo em *Vilapoupre* (conc. Antas de Ulla, LU), documentado como *Uilla Paupere* (PSVD 1321)<sup>36</sup> e explicável como procedendo de um antigo sintagma \*(UILLA) PAUPERĪ. Da mesma maneira, o topónimo *Proupín* (conc. Ames, C) aparece consignado como *Pauperim* (TO 1152, 1165, 1289), forma que remonta ao derivado diminutivo \*PAUPERĪNUS através da sua correspondente forma do genitivo.

Obviamente, a conservação ou alteração do ditongo AU-, bem como das suas soluções patrimoniais romances, pode vir determinada em muitos casos por fatores de tipo contextual. Por outras palavras, não pode ser entendida da mesma maneira a redução do ditongo implícita em *orella* e *pobre* que a observável em formas como *foz* (< \**fouz* < lat. FAUCE), *col* (< \**coul* < CAULE) ou *lorbaga* ‘baga do loureiro’ (< \**lour’baga* < lat. LAURIBĀCA), dado que os dois últimos exemplos estão a representar um contexto muito específico no qual a monotongação veio a produzir-se de forma sistemática: a presença de uma

34. No bloco linguístico ásturo-leonês, a conservação ou simplificação do ditongo decrescente [ow] também fica submetida a variáveis internas de tipo geoletal. Quanto ao castelhano, como sabemos, foi a monotongação que veio a prevalecer.

35. Existe, pelo menos na vertente galega do domínio linguístico, a variante *ourella* (que até ficou registada nalguns dicionários), e ainda derivados como *ourellán* ou *ourelleiro*. Porém, achamos provável que o ditongo presente nestes itens mais não seja do que o resultado de uma alteração seródia, por acaso explicável em função do mesmo processo de ditongação analógica que veio a gerar formas como *ourizo* / port. *ouriço* (< lat. ERICIU), *eiruga* (< lat. ERŪCA, cfr. port. *eruga*) e similares (Ferreiro 1999: 202).

36. Nesta coletânea documental coligimos para o mesmo topónimo outras variantes como *Uila Poupe* (1269) e *Vila Poupe* (1444), por acaso representativas de um processo de dissimilação entre consoantes líquidas ([l]-[r]) que não veio a consolidar-se.

consoante homossilábica (cuja posição de coda silábica decorre da perda prévia de uma vogal átona) a travar o ditongo. O grau de regularidade desta pauta é tão elevado que até contribui para reconstruir com grande exatidão as diferentes fases evolutivas do item, bem como a cronologia relativa de cada uma delas. Mais uma vez, o registo toponímico constitui um terreno especialmente propício para comprovarmos isto.

#### 4.1. MONOTONGAÇÃO DECORRENTE DA QUEDA DE VOGAL PRÉ-TÓNICA MEDIAL

A vogal átona pode ocupar posição pré-tónica medial, como aconteceu com um tipo toponímico tão vulgar na Galiza e em Portugal como *Morgade*. A documentação medieval (onde nos deparamos de maneira recorrente com variantes formais como *Maurecati* e similares) autoriza-nos a procurar a origem do topónimo no nome pessoal latino MAURECATUS, sendo este o mesmo que explica outros topónimos aparentados como *Morgadelle* (< \*MAURECATĒLLI) ou *Morgadâns* (provável gentílico derivado de *Morgade*).<sup>37</sup> Se focarmos a nossa atenção no genitivo MAURECATI veremos que, por via regular, obtemos uma forma \**Mouregade* na qual teve lugar a síncope da vogal pré-tónica medial (> \**Mour'gade*). Como numa espécie de reação em cadeia, a posição travante ocupada agora pela vibrante dentoalveolar [r] provoca a redução do ditongo [ow] e explica a variante *Morgade* que veio a prevalecer modernamente. O mesmo fenómeno deve ter atingido também o antropónimo em que se baseia a forma toponímica, se repararmos em alguns dos seus registos na documentação: variantes como *Morecadus*, *Moregatus*, *Morecatus* ou *Moregatus* (TSa 1020) e ainda formas patronímicas como *Morgatiz* (TSa 1038-1057) parecem estar a apontar para a consolidação da monotongação, até o extremo de esta se manter mesmo naqueles casos em que se tentam reconstruir formas latinizantes e / ou pseudo-etimologizantes.<sup>38</sup>

Análise bem semelhante merecerá o item *Lordelo*, registado como topónimo ou constituinte toponímico nos concelhos galegos de Arteixo (C), Padrenda (OU), O Grove e Mondariz (P), e também frequente em Portugal (sobretudo naquelas áreas mais setentrionais e encostadas à Galiza).<sup>39</sup> Como explicado por Gonzalo Navaza (2006: 324-325), a origem desta forma encontra-se nun antigo \*LAURETĒLLU, derivado com dupla su-

37. *Morgadelle* é o nome de uma povoação da freg. Vilaboa (conc. San Sadurniño, C), e *Morgadâns* o de uma freguesia do conc. Gondomar (P).

38. Este antropónimo poderia ter relação com o nome pessoal *Maurico/Maurigo* presente em diversos documentos da mesma época, quer galegos quer portugueses, e responsável por topónimos como *Cachamourigo* (conc. Bande, OU), *Mourigán* (conc. Portas, P) e *Mourigás* (conc. Rodeiro, P), este último documentado sob variantes gráficas como *Mauricanes* (CDO 1093), *Mauriganes* (Dozón 1100-1200), *Maurigaes* (CDO 1154), *Mourigaes* (CDO 1154) e similares. O que justifica a evocação destas formas é a hipótese de *Mourigás* contar com um cognato na forma *Murgás* (conc. Touro, C), desde que explicada como um antigo \**Mourigás* com síncope da vogal pré-tónica média (> \**Mour'gás*) e posterior redução do ditongo decrescente (> \**Morgás* > *Murgás*). No entanto, este extremo deve ser considerado como uma simples conjectura enquanto dados mais conclusivos não nos permitirem confirmá-la.

39. Conhecemos a existência de *Lordelo* como topónimo maior nos concelhos de Celorico de Basto, Arcos de Valdevez, Guimarães, Ponte da Barca, Monção, Vila Verde (M), Vila Real (TM), Felgueiras (DL) e Vale de Cambra (BL).

fixação (abundancial e diminutiva) do fitónimo latino LAURUS ‘loureiro’. Os dados retirados do nosso corpus documental vêm a confirmar plenamente essa proposta etimológica: desta maneira, o topónimo *Lordelo* existente no conc. Padrenda aparece referido como *villa Lauritello* num diploma da Sé de Coimbra com data de 922 (e já como *Loordello* num texto redigido em Castro Caldelas em 1281), enquanto o seu homónimo do conc. Mondariz é mencionado como *nostra villa de Loordelo* num documento de 1249 do mosteiro de Santa Maria de Melón. Coerentes com estes registos são os testemunhos recenseados por Joseph Piel (1968: 343) para as formas portuguesas, entre as quais *Lauritellu*, *Lauridelus* ou *Loordelo*. Mais uma vez, a evolução fonética parece fácil de definir: \*LAURETÉLLU > \**Louredelo* > \**Lour’delo* > *Lordelo*. Ainda, a série toponímica derivada do fitónimo LAURUS fornece-nos mais algum exemplo de monotongação nesta linha: e.g., no documento de fundação do antigo mosteiro de São Pedro de Lardosa (conc. Penafiel, DL), datado em 882, o local em que o cenóbio se encontrava situado é denominado *Lauridosa*.<sup>40</sup> Assim sendo, *Lardosa* deve interpretar-se como sendo um cognato da forma *Lordosa* (conc. Viseu, BA), procedendo ambas de um antigo derivado \*LAURITOSA (> \**Louredosa* > \**Lour’dosa* > *Lordosa* [> *Lardosa*]).

Um aspeto de alguma relevância metodológica, que diz respeito a *Morgade* e a *Lordelo*, é o facto de ambos os topónimos contarem com cognatos a representar uma evolução alternativa com conservação da vogal pré-tónica. Este fator tornou impossível qualquer processo de ressilabação e, portanto, favoreceu também a conservação do ditongo decrescente [ow] ao invés da sua monotongação. É isso que observamos nas formas *Mourigade* / *Mouregade*<sup>41</sup> e, com uma mínima diferença quanto ao género gramatical, em *Louredela* (↔ *Lordelo*).<sup>42</sup>

#### 4.2. MONOTONGAÇÃO DECORRENTE DA QUEDA DE VOGAL PÓS-TÓNICA FINAL

Como assinalado num parágrafo anterior, também a apócope de uma vogal átona final pode vir a influir na simplificação do ditongo [ow] desde que este fique travado por uma consoante líquida ([l], [r]). Podemos comprová-lo em vários dos itens a integrarem a série toponímica proveniente do antropónimo latino PAULUS, através da sua correspondente forma de genitivo: eis o caso de *Pol*<sup>43</sup> (< \**Poul* < \**Poule* < PAULI) e, com um trata-

40. *uilla quod uocitan Lauridosa inter duas annes Kausaluno et Cebrario subtus monte Petroselo, territorio Anegrie* [...] A identificação com a atual *Lardosa* é apontada e desenvolvida por Ferreira dos Santos (2004).

41. A forma *Mourigade* dá nome a várias povoações pertencentes aos concelhos de Ames (C), Cuntis e Pontearas (P). Quanto a *Mouregade*, Iván Sestay (2010: 127) identifica-a como sendo a denominação de uma área da freg. Lavadores (conc. Vigo, P).

42. Mais concretamente, *Mourigade* é o nome de duas povoações pertencentes aos concelhos de Ames (C), Cuntis e Pontearas (P). Quanto a *Louredela*, aparece como denominação de um local do conc. Touro (C).

43. Esta forma dá nome a diferentes povoações pertencentes aos concelhos de Baralla, Monforte de Lemos, Monterroso, Paradela, Pol (LU), Ortigueira (C), Coles e O Carballiño (OU). Registamos este último na documentação medieval sob a forma *Poul* (VFD 1292).

mento fonético idêntico, os de *Vilapol*<sup>44</sup> (< UILLA PAULI), *Castropol*<sup>45</sup> (< CASTRU PAULI), *Sampol*<sup>46</sup> (< \*(ECCLĒSIA) SANCTI PAULI) e *Buspol*<sup>47</sup> (< BUSTU PAULI). Levanta algumas dúvidas o topónimo *Poulo* (conc. Gomesende, OU), que, em princípio e como defendido por Gonzalo Navaza (2006: 434-435), deve tratar-se simplesmente da variante masculina de *poula* ‘terreno que fica sem cultivar por um ano’, procedendo ambos os termos do lat. PABULU ‘pasto’, ‘alimento’. No entanto, importa notar o facto de os testemunhos romances mais antigos que conhecemos para este topónimo serem *Poul* (TCe 1218, TF 1246), *Sancto Petro de Poul* (TF 1246) e *Sancti Petri de Poul* (TF 1246),<sup>48</sup> e já *Poullou* num documento do mosteiro de Ramirás com data de 1334. Obviamente, pode tratar-se apenas de uma anulação gráfica da vogal final (processo que se repete em muitos outros casos), mas uma hipótese de trabalho alternativa é que este item proceda de um genitivo PAULI. Assim sendo, o tratamento fonético desta forma seria, nas suas fases iniciais, homologável ao descrito para os topónimos anteriores, vindo a produzir-se posteriormente o acréscimo de uma vogal final [o] (talvez por analogia com o subst. *poulo*, por acaso muito produtivo na toponímia das áreas meridionais e sul-orientais da Galiza) que teria desta maneira impedido a simplificação do ditongo [ow].

Especial precaução e rigor exigem topónimos como *Mor* ou a sua variante *Vilamor*, que, em princípio, podem encontrar uma etimologia tão satisfatória no genitivo MAURI (do antropónimo latino MAURUS) quanto no adjetivo comparativo MAIORE. Mais uma vez, é a documentação antiga e medieval que nos tira as dúvidas. Desta maneira, o sintagma toponímico *Sancta Maria de Uilla Maiore* (TL 1111) corresponde ao topónimo atual *Vilamor* (conc. Mondoñedo, L.). No entanto, a forma *Vilamor* a designar uma povoação do conc. O Saviñao (LU) aparece registada como *in Lemos villa Mauri* (TCe 934), enquanto o seu homónimo do conc. Toques (C) aparece nos textos sob variantes como *uilla Mauri* (TSob c. 986-c. 999), *Sancti Stephani de uilla Mour* (TSob s.d.) ou *uillar Mour* (TSob 1165), dados que nos autorizam a propor uma origem deantroponímica relacionada com o nome pessoal MAURUS (→ (UILLA) MAURI > \**Vila Moure* > \**Vila Mour* > *Vilamor*). O mesmo podemos dizer quanto ao topónimo *Mor* (conc. Alfoz, LU), que aparece como *Sanctus Petrus de Mauri* (CDMACM 1124), *sanctum Petrum de Mour* (CDMACM 1164) e ainda *sancti Petri de Moor do Valledoyro* (CDMACM 1442). De resto, achamos interessante confrontar estes resultados com os seus respetivos cognatos *Vilamoure* e *Moure*, nos quais a manutenção da vogal pós-tónica final travou qualquer hipótese de monotongação.

Como acabámos de comprovar, a redução do ditongo [ow] é sistemática (desde que se cumpram os requisitos acima enunciados) quando a consoante travante pertence à sé-

44. Denominação de duas povoações nos concelhos de Xove e Lourenzá (LU). Este último aparece referido como *Uilla Poul* num documento sem data do Tombo de Lourenzá.

45. Nome de uma povoação e do concelho homónimo (AS).

46. Denominação de uma povoação do concelho de Boal (AS).

47. Denominação de um local do conc. Grandas de Salime (AS).

48. Deixamos de fora outros testemunhos ainda mais antigos como *Padul* (TCe 1045, MdR 1157) e *Padule* (TCe 1048) pois, por palavras também do professor Gonzalo Navaza (2006: 434), mais não são do que «unha falsa restitución latinizante da consoante intervocálica, que xa caera».

rie das líquidas. Com outros segmentos consonânticos a casuística não é assim tão numerosa, mas nem por isso deixamos de achar exemplos. É o caso das consoantes fricativas alveolares ([s], [ʃ]) e interdental ([θ]), nas quais estas alterações resultam muito mais difíceis de verificar, para além de oferecerem um grau de sistematicidade sensivelmente menor. Podemos invocar o subst. *fouz* ‘ponto em que o rio se lança no mar ou noutra rio’, um item muito produtivo na toponímia galego-portuguesa e em cuja evolução fonética se verificam vestígios do fenómeno em análise (lat. FAUCE > \**fouce* > \**fouz* > *fouz*), mas que contrasta, por exemplo, com o caso de *fouce* (< lat. FALCE, cfr. ast. *fouz*, cast. *hoz*) e a sua variante apocopada *fouz*, na qual a presença de uma consoante homossilábica não teve nenhuma repercussão visível sobre o ditongo [ow].<sup>49</sup> Ainda, um caso análogo ao anterior é o de *couce* (< lat. CALCE), forma que, em opinião de Gonzalo Navaza (2006: 227), apresenta nos seus resultados toponímicos o significado ‘ao pé de, no sopé de’. Variante de *couce* será, muito provavelmente, a forma *couz* que reconhecemos a integrar sintagmas toponímicos como *Río de Couz*,<sup>50</sup> *Couz del Regueiro*<sup>51</sup> ou *El Couz*.<sup>52</sup> Quer em *fouz* quer em *couz* (e ainda em qualquer outro caso homologável), talvez tenhamos de procurar a causa da conservação do ditongo decrescente no facto de a apócope do [e] final se ter produzido numa altura mais recente.

## 5. GRUPOS VOCÁLICOS HETEROSSILÁBICOS DECORRENTES DA QUEDA DE CONSOANTES INTERVOCÁLICAS

Os tratamentos de que são objeto as sequências vocálicas resultantes da síncope de consoantes intervocálicas acham-se descritas de maneira pormenorizada na maioria dos manuais e artigos consultados. Faltam, no entanto, algumas soluções bem representadas no registo toponímico e referidas, fundamentalmente, àqueles grupos heterossilábicos gerados pela perda das consoantes intervocálicas -L- e -N- (consoantes cujo apagamento, como sabemos, constitui uma característica definitiva do domínio galego-português face aos restantes blocos linguísticos ibero-românicos). Por razões de espaço, limitámo-nos a comentar com algum pormenor aquelas soluções verificáveis na toponímia para o sufixo diminutivo latino -ŪLU e para o sufixo átono pré-latino -ŌNES.

49. Esta variante *fouz* é muito minoritária, e mal aparece recolhida por alguns lexicógrafos, como Acevedo (1932, s.v. *fouz*), que a descreve como sendo característica da área galegófona das Astúrias com o significado «Hoz grande con mango largo, que sirve para cortar a golpes zarzas y tojos».

50. Núcleo habitado do conc. Ferrol (C).

51. Denominação de uma corrente fluvial do conc. Boal (AS).

52. Recebem esta denominação várias povoações dos concelhos de El Franco, Grandas de Salime e Villaión (AS).

### 5.1. SOLUÇÕES DA TERMINAÇÃO -ÖLU

A começar pelo sufixo -ÖLU (de enorme presença na toponímia galego-portuguesa através das suas diferentes variantes flexivas), sabemos que o apagamento da consoante lateral intervocálica veio a originar um hiato [oo] para o qual existiram, no mínimo, três possíveis soluções.

#### 5.1.1. Crase

A crase dos núcleos vocálicos em contato dá lugar a uma vogal velar média aberta ([ɔ]) ou fechada ([o]), em função dos casos. Do ponto de vista quantitativo, esta solução constitui o comportamento mais habitual e frequente, quer no léxico comum quer na toponímia: e.g., *Ferreirós* (< FERRARIÓLOS), *Celeirós*<sup>53</sup> (< CELLARIÓLOS), *Piñeirós* (< \*PINARIÓLOS), *Mosteiró* / port. *Mosteirô* (< \**Mosteiroo* < \**Monesteriolo* < \*MONESTERIÖLU), *Coirós* (< \**Coiroos*<sup>54</sup> < \**Coirolos* < \*CAURIÓLOS ou similar), *Milleirós*<sup>55</sup> (< \**Milleiroos* < \**Milleirolos* < MILIARIÓLOS) e talvez também *Fixó* / port. *Fijô* (< \**Foxó* < \**Foxoo* < \*FOUEÖLU), ainda que para este último carecemos de apoio documental que nos permita corroborar uma hipótese perfeitamente verosímil em termos quer fonéticos quer morfológicos. Repare-se, de resto, em que nesta proposta para *Fixó* deve ser previamente aceite a palatalização da vogal pré-tónica consoante aos processos já descritos em §2.1.

#### 5.1.2. Formação de um ditongo

Observa-se noutros casos a glidização do segundo dos elementos vocálicos do hiato, o qual dá como resultado um ditongo decrescente ([oo] > [oɔ] > [ow]), na linha daquilo que deve ter ocorrido também com formas como *grou* (< lat. \*GRÜU) ou *dous* /

53. O item toponímico *Celeirós* existe quer na Galiza quer em Portugal. No que à toponímia galega diz respeito, *Celeirós* é a denominação de duas povoações nos concelhos de Ribadeo (LU) e da Teixeira (OU), para além de fazer parte de sintagmas toponímicos mais complexos. Em Portugal conhecemos *Celeirós* nos concelhos de Braga (M), Sabrosa e Valpaços (TM), e ainda a variante em singular *Celeirô* no de Cabeceiras de Basto (M). A etimologia proposta, à partida verosímil e confiável, vê-se ainda apoiada pela existência de documentação medieval consistente para vários destes itens: e.g., *villa qua dicitur Cellarolus* (MdR 1246) para a forma *Celeirós* do conc. A Teixeira, e *villa Celeiroos* (LF 1554) para o seu homónimo português do conc. Braga.

54. Tal é a denominação de até quatro povoações do conc. Coirós (C), entre as quais, é claro, a própria capital concelhia. É esta que encontramos registada como *Coyroos* num documento do mosteiro de Cins com data de 1133 e noutro do mosteiro de Santa María de Belvís com data de 1375, e ainda na sequência antroponímica *pedro de coyróos* (DG-P 1264). Existe também a forma *Coirós* como topónimo no conc. Cerdido (C), quer de forma autónoma (como denominação de uma extensão de terras de cultivo) quer a integrar sintagmas mais alargados (nomeadamente *Fonte de Coirós* e *Rego de Coirós*).

55. Denominação de até quatro povoações nos concelhos de Boqueixón (C), Lalín (P), Lugo, Pol e Carballedo (LU).

port. *dois* (< lat. DUŌS) (Ferreiro 1999: 90). No entanto, repare-se em que nestes exemplos estamos perante grupos vocálicos primários, não gerados a partir da eliminação de uma consoante intervocálica, facto que os diferencia dos elementos que vamos comentar imediatamente a seguir. Alguns deles têm cognatos evidentes entre os topónimos expostos em §5.1.1, como observamos em *Ferreiros* (< \**Ferreiros* < \**Ferreiros* < FERRARIÓLOS). Noutros casos, mesmo não sendo assim, a explicação a partir de um derivado em -ŌLU parece a mais lógica e convincente, e a base léxica sobre a qual essa nova forma foi criada, para além de reconhecível, vem a favorecer uma interpretação desse género: e.g. *Castiñeirou*<sup>56</sup> (← *castiñeiro* < lat. \*CASTANEĀRIU), *Nogueirou* (← *nogueiro* < lat. \*NUCĀRIU), *Foxou* (← *foxo* < lat. FOUEU) e, com grau menor de certeza, *Lixou* (< \**laxou* < \**laxoo* < \**laxolo* ← *laxe*, vid. §2.1)<sup>57</sup> ou *Muiño* (← *muíño* < lat. MOLĪNU). As nossas ressalvas no que diz respeito a estes três topónimos (e ainda outros que poderíamos vir a acrescentar) têm a ver com a instabilidade do ditongo final [ow] e as origens diversas que pode ter em função dos casos. Como assinalado por Edelmiro Bascuas (2006: 37), a existência de pares toponímicos como *Tamón/Tamou*, *Pasarón/Pasarou* ou *Arón/Arrou*, entre outros,<sup>58</sup> parece sugerir a hipótese de fenómenos de desnasalização e ditongação da sequência final [ōŋ] (> [ōw] > [ow]), facto que, em ausência de dados documentais mais específicos, dificulta imenso a análise etimológica (e, assim sendo, a identificação dos fenómenos fonéticos envolvidos nela) de vários daqueles topónimos. Para além disso, não deve ser posta de parte a hipótese enunciada por García Arias (2000: 315), que, a respeito dos topónimos galegos e asturianos acabados em *-oi* (os quais têm sido objeto de inúmeras explicações na bibliografia especializada), acha possível que alguns deles vissem alterada essa terminação para *-ou* por causa de uma assimilação vocálica.

Entretanto, é interessante verificar como a evolução dos topónimos nem sempre tem obedecido a umas pautas lineares e unidireccionais, não sendo de maneira nenhuma excepcional a convivência num mesmo estrato cronológico de diferentes soluções fonéticas que podem vir a ficar refletidas na documentação e cuja distribuição (como na atualidade) se acha condicionada por fatores diatópicos, diafásicos ou de qualquer outro género.

56. Denominação de uma corrente fluvial no conc. Brión (C) já presente na documentação medieval como *Castinneirou* (TO 1255).

57. Este local no conc. Pezós (AS) estará a conter, se a nossa hipótese estiver certa, uma variante masculina do mais habitual *laxe / laxa*. A existência dessa variante parece apoiada por outros topónimos como *Laxo* (conc. Navia de Suarna, LU), *Laxos* (conc. O Valadouro, LU) e *Lajos* (conc. Vila Verde, M), e ainda por derivados como *Laxós* ou *Laxóns* na toponímia menor galega. Talvez possa ser defendida qualquer relação entre esta série toponímica e o adj. *lajo*, documentado em Portugal por Aníbal Otero (1957, s. v. *lajo*) com o significado «Aplastado, hablando del pan que no crece al cocer».

58. Basta reparar, por exemplo, no atual topónimo *Coruxou* (conc. Irixoa, C), que identificamos sob a forma *Curugion* (TCP 1270). Nalguns topónimos, os testemunhos medievais parecem apontar para uma alternância entre a manutenção da nasalidade original e um princípio de desnasalização que, mesmo tendo podido aceder aos textos de maneira esporádica, não veio a prevalecer na fala. E.g. o topónimo *Mallón* (conc. Santa Comba, C) aparece sob variantes formais como *Mallon* (TO 1159, SMB 1346), *Malium* (1159), mas também como *Mallou* (SMB c. 1380), *Malou* (SMB c. 1380) e ainda *Malloo* (LTH 1390)

Para citarmos apenas exemplos já conhecidos, o topónimo *Milleirós* do conc. Carballedo (LU) emerge na documentação do mosteiro de Oseira sob variantes como *Mileiroos* (1226) e *Mileirous* (1255, 1274), enquanto o seu homónimo do conc. Pol (LU) aparece com a forma *milleyrous* (DG-P 1266). Estas grafias a representar uma sequência <ou> poderiam estar a indiciar um tratamento ditongado do grupo heterossilábico [oo] que, no entanto, veio a ceder perante uma solução como a comentada no apartado (a) desta mesma epígrafe.

### 5.1.3. Nasalização

Ainda uma terceira hipótese, para já ausente da bibliografia específica que tivemos ocasião de confrontar, consistiu no desenvolvimento de uma consoante nasal não etimológica a partir quer do hiato [oo] quer do ditongo [ow] para o qual este veio a evoluir. Talvez o exemplo mais conhecido e melhor documentado seja o do topónimo *Mosteirón*, nome de três povoações nos concelhos de Neda, Sada (C) e San Cristovo de Cea (OU), e ainda de uma extensão de terras de cultivo no conc. Paderne (C). Deve ser precisamente este último o que identificamos em dois documentos do Tombo de Sobrado (ambos com data de 966) sob a variante *Monasteriolo*, bem transparente no que à sua etimologia diz respeito. Quanto a *Mosteirón* do conc. Sada, corresponde seguramente à forma *Moosteiroo* que retiramos de um documento de 1210 coletado por González Garcés na sua *Historia de La Coruña*. Já o seu homónimo do conc. San Cristovo de Cea emerge na sequência antroponímica *Martin Vidal de Moesteyroo* (CDO 1330), sendo provável que se trate do mesmo *Monasteriolo* que lemos num diploma da Catedral de Ourense com data de 1132. O confronto das diferentes variantes esparsas pelo corpus documental medieval dá para concluirmos que o item *Mosteirón* não é um derivado aumentativo do subst. *mosteiro*, mas o resultado de um antigo diminutivo \*MONESTERIÖLU cuja evolução, de resto, exemplifica perfeitamente o tratamento do hiato [oo] que estamos a analisar: \**Monesteirolo* > \**Monesteiroo* > \**Mosteiroo* (> \**Mosteirou*) > \**Mosteirõõ* > \**Mosteirõ* > *Mosteirón*).<sup>59</sup>

Para percebermos melhor esta terceira via na resolução do hiato [oo] (< -öLU), é necessário contextualizá-la ao abrigo de uma certa tendência dos ditongos decrescentes (quer primários quer secundários) a gerarem uma ressonância nasal que, nalguns casos, pode vir a concretizar-se num elemento de características plenamente consonânticas. É este um fenómeno que não costuma ser incluído nas descrições diacrónicas realizadas para o romance galego-português, mas que pode ser rastreado com alguma facilidade no registo toponímico através de formas como as comentadas a seguir:

(a) Os topónimos baseados no genitivo de antropónimos germânicos que incluem o pós-componente \**rêbs* ‘conselho’ (adaptado para *-redi* > *-rei* [ > *-rê* > *-rén* / *-rém*]) cons-

59. Conhecemos também a existência em Portugal da forma *Mosteirão* (conc. Boticas, TM). No entanto, a ausência de dados mais específicos impede-nos de adscrever esta variante à mesma série toponímica que estamos a comentar.

tituem uma fonte importante de exemplos: e.g. LEOUEREDI > *Leborei, Leboré, Laboré, Loboré, Lorbé* vs. *Lebrén, Lebrém*;<sup>60</sup> TEODOREDI > *Turei* vs. *Tourém*;<sup>61</sup> GUNDEREDI > *Gondareí, Gondrei, Gondré* vs. *Gondarén, Gondarém*<sup>62</sup> etc. Apesar de apresentar uma terminação diferente (gót. *-mund* ‘homem’, ‘proteção’), a pauta fonética é plenamente homologável em UEREMUDI > *Bermui* vs. *Bermún, Vermum*.<sup>63</sup>

(b) Os topónimos provenientes de derivados com o sufixo *-ĀLES* (> *-aes*), que, geralmente, evoluem para uma solução *-ás* (na quase totalidade da vertente galega) e *-ais* (na vertente portuguesa e ainda também nalgumas áreas galegas). Porém, não foram escassos aqueles itens em que a tal terminação veio a sofrer uma nasalização intensa que explica a sua passagem para *-áns* (em topónimos galegos) e *-ães* (em topónimos portugueses). No que às formas galegas diz respeito, essa alteração produziu-se apenas nas áreas mais ocidentais do território, as únicas em que *-áns* prevaleceu como solução sistemática em que confluíram as terminações latinas *-ĀNES* e *-ĀNOS* (e ainda *-ĀNIS* e *-ĀNAS*). Este dado convida-nos a pensar que a evolução da terminação *-ĀNES* (> *-ãēs* > *-ãās* > *-ās* > *-áns*) deve ter exercido qualquer influência ou atração sobre aqueles elementos com sufixo *-ĀLES* (> *-aes*), favorecendo a sua nasalização, e explica por sua vez que nas áreas linguísticas centrais e orientais da Galiza (onde *-ĀNES* > *-ás* e *-ais*, respetivamente) não se tenham vindo a produzir (ou, sendo mais estritos por motivos que a seguir comentaremos, non tenham vindo a consolidar-se) soluções deste género. De maneira a garantirmos a fiabilidade das nossas conclusões, apresentaremos apenas aqueles exemplos que puderem ser confrontados com a documentação medieval e / ou que estiverem baseados em lexemas reconhecíveis e transparentes. Eis o caso de zootopónimos como *Corzás/Corzáns*, port. *Corçães*<sup>64</sup> (< *\*corçaes* < *\*corçales* ← *corço*), *Coruxás* / port. *Crujães*<sup>65</sup> (< *\*corujaes* < *\*corujales* ← *coruja*), *Abellás/Abelláns*<sup>66</sup> (← *abella* < *\*APĪCULA*) e talvez, com ressalvas que justificaremos mais adiante, *Cervás* / port. *Cervães*<sup>67</sup> (< *CERUĀLES*). Porém, os exemplos mais numerosos procedem do âmbito da fitotoponímia (no qual o sufixo em foco gozou de uma especial produtividade), com pares e séries como:

60. A forma *Lebrén* existe como topónimo menor no conc. Ames (C), enquanto o seu homónimo português *Lebrém* dá nome a uma povoação do conc. Arouca (DL).

61. Nome de um local do conc. Montalegre (TM). Importa muito notar o facto de os falantes da zona utilizarem de preferência a variante *Toureí*, quer dizer, uma variante com o ditongo sem nasalizar.

62. A forma *Gondarén* regista-se no conc. Guntín (LU), e o seu homónimo *Gondarém* nos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Cabeceiras de Basto e Braga (M).

63. A forma *Bermún* regista-se como topónimo maior e menor em diversos pontos do território galego. Quanto a *Vermum*, é a denominação de um local no conc. Vila Velha de Ródão (BA).

64. *Corzáns* é uma freguesia do conc. Salvaterra do Miño (P), enquanto o seu cognato *Corçães* (também grafado como *Corsães*) dá nome a um local do conc. Melgaço (M).

65. Freguesia no conc. Barcelos (M).

66. Topónimo menor no conc. Catoira (P).

67. Freguesia do conc. Vila Verde (M).

*Rubiás*, port. *Ruivais* / *Rubiáns*, *Ruivães*<sup>68</sup> (< \*RUBEÁLES)  
*Centeás* / *Centeáns*, *Santiáns*<sup>69</sup> (< CENTENÁLES)  
*Muruxás* / port. *Murejães*<sup>70</sup> (← *moruja*)  
*Painzás*, *Paizais* / port. *Painçães*<sup>71</sup> (< PANICIÁLES)  
*Fieitás*, port. *Feitais* / *Fentáns*<sup>72</sup> (< FILICTÁLES)  
*Fiás*, *Feás*, port. *Fiais* / *Feáns*, port. *Fiães*<sup>73</sup> (< FENÁLES)  
*Porrás*, port. *Porráis* / *Porráns*<sup>74</sup> (< PORRALES)  
*Barbadás*, port. *Barbadais* / port. *Barbadães*<sup>75</sup> (← *barbada* ‘cepa nova, bacelo’)

Nalguns casos, os registos medievais destes topónimos apresentam alguns traços que talvez estejam a apontar para uma nasalização do hiato *-aes* que se terá produzido em épocas muito recuadas (mesmo que nalguma ocasião não seja de excluir a hipótese de tais topónimos terem uma procedência etimológica diferente, não relacionada com o sufixo *-ALES*). E.g., o topónimo galego *Cervás* (conc. Ares, C) aparece sob formas como *sancti Petri de Cervales* (SMX 1093) ou *Ceruaes* (HSISC 1228) que parecem conceder algum grau de fiabilidade a uma base etimológica \*CERUÁLES (← lat. CĒRUU). No entanto, a forma *Cervães* (conc. Vila Verde, M), explicável em princípio como sendo uma variante divergente da anterior, documenta-se como *Cervanes* (LF 1120, 1155), o qual significa que, se quisermos manter a unidade etimológica com o gal. *Cervás*, teremos de admitir que esse *-n-* das formas medievais coligidas constitui quer um sinal de nasalização incipiente do hiato, quer uma restituição gráfica arbitrária e simplesmente convencional de uma antiga consoante intervocálica perdida. De facto, esta circunstância observa-se até em exemplos de topónimos pertencentes às variedades galegas centrais e orientais, nas quais, como comentado acima, o fenómeno não veio a consolidar-se. Às vezes trata-se de itens largamente documentados no corpus textual medieval a que tivemos acesso. Por exemplo, Gonzalo Navaza (2006: 453), a respeito do topónimo *Queiru-*

68. A forma *Rubiáns* dá nome a uma povoação do conc. Vilagarcía de Arousa (P), enquanto *Ruivães* é denominação de um local do conc. Vieira do Minho (M) e doutra no conc. Vila Nova de Famalicão (DL).

69. A forma *Centeáns* existe como topónimo no conc. Arteixo (C) e no conc. O Porriño (P). O cognato *Santiáns* aparece como topónimo menor nos concelhos de Catoira, Lousame e Porto do Son (C).

70. Núcleo habitado no conc. Gondomar (DL). Repara-se em que a forma etimológica seria \**Morujães*, mas, como apontado em §2.1, neste item, bem como em tantos outros derivados toponímicos do fitónimo *moruxa/moruja*, veio a produzir-se a palatalização da consoante pré-tónica por causa da fricativa pré-palatal [ʒ] a seguir.

71. Núcleo habitado no conc. Ponte da Barca (M).

72. Nome de um local do conc. Cotobade (P).

73. A forma *Feáns* é um topónimo bastante frequente na vertente ocidental galega. Já no que a *Fiães* diz respeito, é o nome de uma freguesia do conc. Melgaço (M) onde teve assento o mosteiro homónimo consagrado a Santa Maria. A sua etimologia, à luz dos inúmeros testemunhos coligidos no próprio Tombo de Fiães (com variantes como *Fenalis*, *Fenales*, *Feanes*, *Feaes* etc.), parece mais do que evidente.

74. Povoação no conc. Barro (P).

75. Conhecemos a existência de dois locais denominados, respetivamente, *Barbadães de Baixo* e *Barbadães de Cima* (conc. Vila Pouca de Aguiar, TM).

*gás* (conc. Verín, OU), cuja origem supõe ligada ao fitónimo *queiruga/queiroga*, chama a atenção para o facto de os testemunhos mais antigos deste item apresentarem sistematicamente *-n-* (*Keiruganes* TCe 1029, *Keiroganes* TCe 1031...) ou então o til em cima do hiato já românico *-aes* (*Queyrugães* MdR 1229, *Queirogããs* HGPg 1292...). Muito similar é a situação do topónimo *Rubiás* (conc. Chantada, LU), documentado como *Ruvianes* (CDO 1163) da mesma maneira que o seu cognato *Roibás* (conc. Begonte, LU), que integra a sequência antroponímica *Fernandus Pelagii de Ruuianes* em dois documentos do Tombo de Sobrado com data de 1208 e 1219, respectivamente.

(c) Finalmente, também podemos detetar indícios de nasalização noutros itens toponímicos a envolverem os ditongos decrescentes [ow] e [ej]. Muitas das formas em que se observa o dito fenómeno contam com cognatos que, ao não terem experimentado essa mudança, ficam muito mais próximas do étimo primitivo e constituem portanto uns valiosos elementos de confronto. E.g., *Eixido* / *Enxido*, port. *Enxídio*, port. *Enxidro*<sup>76</sup> (< EXITU), *Cousol/Conso* (< \*CAUSU), *Coutado*, *Coutada* / *Contado*, *Contada* (← vbo. *coutar*), *Soutullo/Suntullo* (← *souto* < SALTU), *Teixugueira/Tanxugueira* (← *teixugo*), port. *Coucelal/Conceliñas* (← *couce* < CALCE), *Bouzal/Bonzal* (← *bouza*), *Toutal/Tonta*<sup>77</sup> etc. Noutros casos, a existência de um par toponímico com estas características na mesma área geográfica patenteia uma coexistência de ambas as variantes, resolvida mediante a adscrição de cada uma delas a um referente concreto: e.g., no conc. A Veiga (AS) encontramos um local denominado *Miou* e um outro chamado *Ferreiramión* (Aenlle 2010: 72) no qual reconhecemos com segurança a mesma forma que no primeiro topónimo, mas com nasalização do ditongo decrescente final. Similar (e, já agora, também melhor documentada) é a situação que podemos descrever para o medieval *Spartiaquas* (TF 1183, 1194) ou *as partaugas* (TF 1194), forma que pervive na atualidade através das formas *Parte-Águas* e *Espartanga* (< \**Espart(e) Auga*) como denominações aplicadas às montanhas que dividem os concelhos de Melgaço e Arcos de Valdevez (M).

## 5.2. SOLUÇÕES DA TERMINAÇÃO -ÖNES

Outro elemento para cujo percurso evolutivo queremos chamar a atenção é o sufixo átomo -ÖNES, um constituinte cuja origem (a julgar pela tipologia das bases léxicas às quais é acrescentado) pode ser rastreada no substrato linguístico pré-latino. A análise dos itens toponímicos em que aparece este elemento permite-nos estabelecer, no mínimo, duas tendências bem diferentes no que diz respeito ao tratamento fonético do hiato [õẽ] decorrente da queda do -N-.

76. Segundo os dados do projeto *Toponimia de Galicia*, a forma *Enxido* tem alguma frequência como topónimo menor no quadrante sul-ocidental do território galego, para além de dar nome a uma povoação do conc. Porto do Son (C). Em Portugal, a forma *Enxídio* aparece no conc. Mesão Frio (TM) e *Enxidro*, por sua parte, nos concs. Marco de Canaveses, Cinfães (DL) e Torre de Moncorvo (TM).

77. Segundo Fernandes (1995: 168), a forma *Tonta* (e ainda *Toita*) é variante de *Touta*, denominação de um local do conc. Arouca (DL).

5.2.1. *Assimilação e crase*

A solução mais habitual (bem como a mais previsível) consistiu na assimilação do segundo elemento vocálico ([õẽ] > [õõ]), tendo vindo a produzir-se posteriormente a crase ([õõ] > [õ] > [o]). Um dos exemplos mais claros e melhor documentados é o da forma *Camos* (conc. Nigrán, P), registado como *Sancte Eolalie de Caamones* (Poio 1228), *Sancta Vaya de Camones* (Tui 1325), *Camos* (1447) e ainda outras variantes que autorizam a propor um étimo \*CALAMŌNES, aparentado com topónimos galegos como *Caamaño*, *Caamouco* e similares. É a partir dessa forma que podemos reconstruir uma sequência evolutiva como \*CALAMŌNES > \*Caamõẽs > \*Cámõẽs > \*Cámõõs > \*Camõs > *Camos*, coerente com a pauta fonética descrita acima. Podemos dizer o mesmo para as formas medievais *Annoes* (TC 1250) e *Anoos* (GHCD 1375), que se correspondem com o topónimo atual *Anos* (conc. Cabana de Bergantiños, C). De reconstruirmos para este item um étimo \*ANNŌNES (para além do fundo linguístico e do conteúdo semântico que quisermos atribuir à base léxica envolvida),<sup>78</sup> a evolução seria também muito fácil de traçar: \*Ánones > \*Ánõẽs > \*Ánõõs > \*Anõs > *Anos*.

Existem ainda outros exemplos que poderiam vir a completar a nossa perceção do fenómeno em foco, mas, infelizmente, o suporte documental de que dispomos é menos consistente do que nos casos anteriores. No entanto, fala a favor de uma hipótese deste género a relativa frequência com que estes derivados em -ŌNES apresentam variantes alternativas em que à mesma base léxica foi acrescentado um sufixo tónico -ŌNES, como teremos ocasião de observar. Eis o topónimo *Treos* (conc. Vimianzo, C), que Edelmiro Bascuas (2006: 345) explicou como procedendo de uma forma \*TRIDŌNES talvez relacionada com antropónimos de tradição céltica como TRITIUS/TRIDIUS ou TRITIA/TRIDIA. Apesar da escassez de variantes textuais (contamos apenas com a forma *Trees* TO 1223, pouco concludente ao respeito), podemos aduzir em favor desta hipótese não só a impecável evolução fonética que envolve (\*TRIDŌNES > \*Trédones > \*Tréõẽs > \*Tréõõs > \*Treõs > *Treos*), mas também a existência de um possível paralelo no topónimo *Triós* (conc. Pereiro de Aguiar e conc. Esgos, OU), que, como patenteia a abundante documentação conservada,<sup>79</sup> deve remontar a um antigo \*TRIDŌNES, com evolução plenamente regular do sufixo tónico.

O hipotético par *Treos/Triós* não é o único que podemos evocar. No conc. Bande (OU) existe o topónimo *Cadós*, documentado como *Cadones* (TCe 1097), enquanto no vizinho concelho de Muíños nos deparamos com uma freguesia denominada *Cados*. Mesmo desconhecendo registos textuais que esclareçam a origem deste segundo item, a já invocada alternância -ŌNES/-ŌNES, bem como a evidente proximidade geográfica entre ambos os locais e ainda a especificidade das suas designações toponímicas (sem formas paralelas seguras no resto do território), levam-nos a conjecturar para *Cados* um possível étimo \*CATŌNES ou similar, cujo componente sufixal viria a sofrer uma evolução fonéti-

78. Pode-se ler uma aproximação desta questão em Martínez Lema (2009: 200-202).

79. Com efeito, o topónimo aparece registado como *Tredones* em diferentes textos dos séculos X, XI e XII, e já como *San Cibrao de Trioes* (SPR 1291), *San Cibrao de Trioos* (SPR 1351) ou *Sant Çibrao de Trioons* (MSSC 1424) em documentação romance.

ca homologável à descrita para *Anos* ou *Camos*. Seja como for, também neste caso (como no de *Treos/Triós*) devemos aguardar dados documentais mais decisivos.

### 5.2.2. Formação de um ditongo

Uma solução divergente, para a qual apenas conhecemos exemplos seguros no âmbito da toponímia, é a glidização do primeiro dos núcleos vocálicos e a subsequente formação de um ditongo crescente [oe] (> [qe] > [we]). Numa segunda fase, talvez como consequência de um processo de regularização analógica, a vogal pós-tónica final transforma-se em [a]. Ilustra este mecanismo evolutivo a forma *Canduas* (conc. Cabana de Bergantiños, C), presente nas fontes medievais como *Candones* (GHCD 1199), *Quandoijz* (SM 1325), *Quandoes* (TO 1334), *Candoes* (LTH 1390) e, já com a vogal pós-tónica final alterada, *Sant Martino de Candoat* (CA 1504). A continuidade formal entre estes registos autoriza-nos a reconstruir um étimo \*CANDŌNES cuja transformação até o resultado moderno seguiria os passos já conhecidos (\*CANDŌNES > \*Cándõês > \*Cádoes > \*Candues > *Canduas*) e que, de resto, talvez conte com um paralelo com sufixo tónico (quer dizer, um antigo \*CANDŌNES) no topónimo asturiano *Candones* (conc. Cabranes). Geograficamente próximo de *Canduas* está ainda o topónimo *Brantuas* (conc. Ponteceso, C), registado como *Brantões* (SM 1391) e *Brantoes* (SM 1438), ambas as formas deduzíveis de um antigo \*BRANTŌNES (> \*Brántõês > \*Brántoes > \*Brantues > *Brantuas*).

Também interessante no que diz respeito a esta pauta fonética é a forma toponímica *Bascuas*, denominação de diversas povoações esparsas pelo território galego e para a maior parte das quais podemos identificar vestígios no corpus documental medieval. Por exemplo, o topónimo *Bascuas* do conc. Vila de Cruces (P) aparece como *sancta Marina de Uascones* (TSob s.d.), *Vascoes* (SSC 1266) e já como *Boascoas*, *Baascoas* ou *Santa Marina de Bascoas* em documentação da Casa de Altamira das primeiras décadas de quinhentos. O seu homónimo do conc. Arzúa (C) documenta-se como *Vascones* (TCe 986), idêntica à forma *Uascones* (TVL 1078) sob a qual registamos o *Bascuas* do conc. Lugo (LU). É evidente, portanto, que o étimo comum partilhado por todas estas formas não é outro que um antigo etnónimo \*UASCŌNES, cuja evolução pode ser reduzida aos parâmetros fonéticos explicados acima (> \*Váscõês > \*Váscoes > \*Vascues > *Bascuas*) e que, em termos estritamente históricos, está a informar-nos do assentamento de grupos populacionais de origem basco-navarra em todos aqueles locais assim denominados. Quanto a isto, importa não esquecer que a forma *Bascuas* conta com réplicas exatas fora do domínio linguístico galego-português, nomeadamente nos topónimos *Báscones* (conc. Grau, AS) e *Báscones de Ojeda* (conc. Báscones de Ojeda, PA), nos quais a conservação do -N- (característica do ásturo-leonês e do castelhano, respetivamente) facilita imenso o reconhecimento do sufixo envolvido. De resto, como comentado a respeito doutros topónimos sobre os quais nos debruçámos em parágrafos anteriores, pervivem restos toponímicos de uma variante com sufixo tónico \*UASCŌNES, como *Vascões* (conc. Paredes de Coura, M), *Vascós* (conc. Maceda, OU),

*Bascois*<sup>80</sup> (conc. Carballeda de Valdeorras, OU) e talvez também *Bascós*<sup>81</sup> (conc. Monforte de Lemos, LU). Deixamos de fora desta pequena nómina o topónimo *Veascós* (conc. Carballedo, LU), citado como *Vilascones* (SPR 1082), *Sancta Marina de Uiascós* e *Sancta Marina de Ujascoes* (SECh 1262), e cujas origens parecem estar relacionadas com o antropónimo *Velasco* (> gal. e port. *Vasco*), como soube ver o professor Nicandro Ares (2005: 62).

Acrescentaremos ainda o caso de *Malvas* (conc. Tui, P), topónimo largamente documentado nos textos do nosso corpus como *Malones* (BVM 1287), *Maloes* (THPT 1436) ou *Malloas* (THPT 1487), variantes representativas das diferentes fases evolutivas de um antigo \*MALLÖNES com paralelos conhecidos e confiáveis noutras formas toponímicas galegas. A diferença entre *Malvas* e os itens analisados nos parágrafos precedentes radica, é claro, no facto de o glide [w] ter vindo a consonantizar-se (\**Máluas* > *Malvas*), alteração que talvez possa ser atribuída à interferência do fitónimo *malva*. De facto, mesmo podendo explicar a regularização da vogal átona final ([e] > [a]), comum a todos os exemplos anteriores, a partir de uma interpretação errada da vogal final [e] como sendo resultado do enfraquecimento de um [a] final etimológico (circunstância perante a qual os falantes teriam vindo a “restituir” essa hipotética vogal original), não devemos subestimar a capacidade de determinados elementos do léxico comum para condicionar esse fenómeno.

## 6. CONCLUSÕES

Ao longo das páginas precedentes visámos mostrar, através de exemplos específicos e tão documentados quanto possível, alguns dos espaços de interseção existentes entre a toponomástica e a linguística diacrónica. Tais espaços, como pudemos observar, dizem respeito à visualização de diversos fenómenos fonéticos presentes, em maior ou menor medida, na configuração do corpo linguístico galego-português.

Conferimos, aliás, como os exemplos coletados e submetidos a análise espelham os diferentes níveis em que a exploração sistematizada do repertório toponímico da Galiza e Portugal pode vir a resultar útil no estudo diacrónico da fonética no nosso âmbito linguístico comum. Nuns casos, a toponímia permite alargar de maneira sensível o corpus de elementos lexicais que indiciam a existência e operatividade (quer no passado quer ainda

80. Aparece na documentação a fazer parte da sequência antroponímica *Johã perez de vascones* (DG-P 1257).

81. As nossas ressalvas quanto a este topónimo decorrem da maneira em que aparece referido nos textos medievais. Ainda que testemunhos tardo-medievais como *san Martino de Vãascõs* (SVP 1419) e *San Martinno de Vascoos* (SMCR 1474) parecem condizer com um antigo étimo UASCÖNES, outros mais afastados no tempo como *S[an]c[t]i Martini de Velascones* (1175) apontam para o antropónimo *Velasco* e permitem considerar esta forma como sendo apenas um cognato do topónimo *Veascós* que comentaremos a seguir.

na atualidade) de determinados fenómenos fonéticos, como temos observado a respeito da palatalização do vocalismo pré-tónico (§2) ou da monotongação do ditongo [ow] (§3). Ainda, neste último fomos capazes até de definir, com um elevado grau de especificidade, aqueles contextos certos em que o tal fenómeno costuma agir, bem como os fatores que o condicionam. Entretanto, o estudo demorado doutros itens autoriza-nos a considerar o corpus toponímico (enquanto “fóssil linguístico”) como sendo a única via de acesso a tratamentos fonéticos cuja excecionalidade os tem deslocado, com frequência, para as margens da descrição diacrónica da língua (eis o longo apartado dedicado ao estudo dos grupos heterosilábicos decorrentes da queda de -L- e -N- e de fenómenos de nasalização afins). Enfim, não oferece um interesse menor a utilidade da codificação gráfica dos topónimos (e a sua variabilidade ao longo dos séculos) como registo das diferentes inércias de avanço e recuo em que determinados fenómenos fonéticos ficaram envolvidos, como comentado a respeito de *Milleirós* e outros topónimos similares.

Tudo isto patenteia a necessidade de uma incorporação mais sistemática e constante dos dados toponímicos à descrição diacrónica da língua, incorporação que por enquanto tem sido realizada de maneira muito parcial e limitada. É evidente que o nosso contributo tenciona apenas proporcionar uma mínima orientação num caminho de pesquisa potencialmente muito produtivo (para o âmbito da fonética, mas não só), mas que mal tem sido percorrido nos seus primeiros tramos. Porventura terá influído nisso a escassa consideração de que a toponomástica (com exceções bem conhecidas) foi merecedora até épocas relativamente recentes, infravalorização pela qual podemos responsabilizar quer a laxidão excessiva com que por vezes tem sido estudada, quer a ausência de uma formação específica nalguns dos autores que se têm debruçado sobre os nomes de lugar. No entanto, o desenvolvimento atingido pela toponomástica científica nas últimas décadas (sobretudo na Galiza, nem tanto em Portugal) tem contribuído imenso para ultrapassar esses défices, bem como os receios decorrentes deles. Ainda, podemos observar na atualidade a confluência de uma série de fatores de diferente tipo que, pelo menos em princípio, muito podem vir a favorecer uma exploração maior e mais otimizada do registo toponímico na descrição diacrónica da língua: a publicação de textos e coletâneas documentais (quer galegas quer portuguesas) ainda inéditas e editadas consoante a critérios filológicos, bem como a articulação de projetos de pesquisa voltados para o levantamento e o processamento do material toponímico (tanto moderno quanto medieval), são apenas algumas delas.

## BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO Y HUELVES, Bernardo (1932): *Vocabulario del bable en Occidente*. Madrid: Centro de Estudios Históricos.
- ARES VÁZQUEZ, Nicandro (2005): «Toponimia do concello de Carballedo», *Lucensia*, 30, p. 59-80.
- BASCUAS LÓPEZ, Edelmiro (2002): *Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega* (Anexo 51 de *Verba*). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

- BASCUAS LÓPEZ, Edelmiro (2006): *Hidronimia y léxico de origen paleoeuropeo em Galicia*. Sada (A Coruña): Edición do Castro.
- BVM = PALLARES MÉNDEZ, Carmen / PORTELA SILVA, Ermelindo (1971): *El bajo valle del Miño em los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- CA = GARCÍA ORO, José / PORTELA SILVA, María José (2003): *La Casa de Altamira durante el Renacimiento. Estudio y colección diplomática*. Santiago de Compostela: El Eco Franciscano.
- CABEZA QUILES, Fernando (2000): *Os nomes da terra. Topónimos galegos*. Noia: Toxosoutos.
- CABEZA QUILES, Fernando (2014): *A toponimia celta de Galicia*. Noia: Toxosoutos.
- CASTRO, Ivo (1991): *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CDMACM = CAL PARDO, Enrique (1999): *Colección diplomática medieval do arquivo da catedral de Mondoñedo. Transcripción íntegra dos documentos*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega (Ponencia de Patrimonio Histórico).
- CDO = ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel (1989-1993): *La colección diplomática de Santa María de Oseira (1025-1310)*. Santiago de Compostela: Tórculo.
- CIPM = XAVIER, Maria Francisca (dir.) (2002): *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. [<http://cipm.fesh.unl.pt/>]
- CODOLGA = LÓPEZ PEREIRA, Eduardo (dir.) (2008): *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación em Humanidades (CIRP). [<http://corpus.cirp.es/codolga/>].
- CORTESÃO, António Augusto (1962): *Onomástico medieval português*. Separata de *O Archeólogo Português*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, Américo (1929-1949): *Dicionário chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização.
- DCL = PORTELA SILVA, María José (2007): *Documentos da Catedral de Lugo. Século XIV*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- DG-P = SOUTO CABO, José António (2008): *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. A Coruña: Universidade da Coruña.
- DOELP = MACHADO, José Pedro (1993): *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DOURADO FERNÁNDEZ, Rocío (2012): «Aproximación á toponimia das freguesías de Arante, Cedofeita, Couxela, Covelas, A Devesa e Ove do concello de Ribadeo: núcleos habitados», *Revista Galega de Filoloxía*, 12, p. 27-61.
- FDUSC = LUCAS ÁLVAREZ, Manuel / JUSTO MARTÍN, María Xosé (1991): *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da serie Bens do Arquivo Histórico Universitario*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1995): *Toponímia arouquense*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1999): *Toponímia portuguesa. Exame a um dicionário*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.

- FERREIRA DOS SANTOS, Maria José Mendes da Costa (2004): *A terra de Penañiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. Porto: Universidade do Porto.
- FERREIRO FERNÁNDEZ, Manuel (1999<sup>4</sup> [1995]): *Gramática histórica galega. I. Fonética e morfosintaxe*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- GARCÍA ARIAS, Xosé Lluís (2000): *Pueblos asturianos. El porqué de sus nombres*. Xixón: Alborá Libros.
- GHCD = LÓPEZ FERREIRO, Antonio (1901): *Galicia Histórica. Colección diplomática*. Santiago de Compostela: Tipografía Galaica.
- HGPg = MAIA, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GONZÁLEZ GARCÉS, Manuel (1987): *Historia de la Coruña. Edad Media*. A Coruña: Caixa Galicia.
- HSISC = LÓPEZ FERREIRO, Antonio (1898-1909): *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago*. Santiago de Compostela: Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central.
- LF = COSTA, Avelino Jesus da (1965-1978): *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Assembleia Distrital.
- LTH = LÓPEZ FERREIRO, Antonio (1967): «*Liber Tenencie Horro* o memorial de la hacienda, rentas, pensiones de la antigua Tenencia del Hórreo, escrita em el año 1437 por el canónigo Gonzalo Vázquez de Mandayo», *Compostellanum*, vol. XII, p. 271-331.
- MADOZ, Pascual (dir.) (1986) [reimp. facs. da ed. de 1846]: *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar: Galicia*. Santiago de Compostela: Libros Galicia.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo (2007): «Nomes de poseedor na toponimia do concello de Begonte (Lugo)», *Revista Galega de Filoloxía*, 8, p. 125-155.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo (2009): «Hidrotoponimia da comarca de Bergantiños na documentación do Tombo de Toxos Outos: estudo lingüístico-etimolóxico», *Ianua, Revista Philologica Romanica*, 9, p. 195-212.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo (2010): *A toponimia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo (2011): «Estrategias de latinización de toponimia romance en un cartulario medieval gallego: el Tumbo de Toxos Outos», *Estudis Romànics*, 33, p. 265-277.
- MÉNDEZ, Luz / NAVAZA, Gonzalo (2004): «Xentilicios e nomes persoais na toponimia de Chantada». ÁLVAREZ BLANCO, Rosario / FERNÁNDEZ REI, Francisco / SANTAMARINA FERNÁNDEZ, Antón (ed.): *A lingua galega: historia e actualidade. Actas do I Congreso Internacional (Santiago de Compostela, 16-20 de setembro de 1996)*, vol. III. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega, p. 523-532.
- MORALEJO LASSO, Abelardo (1977): *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compos-

tela: Pico Sacro.

NAVAZA, Gonzalo (2006): *Fitotoponimia galega*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.

NAVAZA, Gonzalo (2007): *Toponimia de Catoira*. Catoira: Concello de Catoira.

OMOM = GRAÑA CID, María del Mar (1990): «Las órdenes mendicantes en el obispado de Mondoñedo. El convento de san Martín de Villaoriente (1374-1500)», *Estudios Mindonienses*, 6, p. 13-464.

OTERO ÁLVAREZ, Aníbal (1967): *Contribución al diccionario gallego*. Vigo: Galaxia.

PÉREZ CAPELO, Carolina (2015): *Toponimia e variación dialectal. Os topónimos rematados en -oa, -oá, -úa, -uá*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.

PIEL, Joseph-Maria (1968): «Beitrag zur Spanischen und Portugiesischen Phytotoponomastik. I», *Litterae Hispanae et Lusitanae*, 340, p. 331-348.

PSVD = NOVO CAZÓN, José Luis (1986): *El priorato santiaguista de Vilar de Donas en la Edad Media (1194-1500)*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.

SECh = PICHEL GOTÉRREZ, Ricardo (2009): *Fundación e primeiros séculos do mosteiro bieito de Santo Estevo de Chouzán (séculos IX-XIII)*. Noia: Toxosoutos.

SM = ZAPICO BARBEITO, Pilar (2005): *Colección diplomática do mosteiro de Santiago de Mens*. Noia: Toxosoutos.

SMCR = FERNÁNDEZ LÓPEZ, Ángel (2006): *El monasterio cisterciense de Santa María de Castro de Rey (Paradela)*. Lugo: Deputación Provincial de Lugo.

SMB = RODRÍGUEZ NÚÑEZ, Cristina (1989): «Santa María de Belvís, un convento mendicante femenino em la Baja Edad Media (1305-1400)», *Estudios Mindonienses*, 5, p. 335-485.

SMX = MONTERO DÍAZ, Santiago (1935): *La colección diplomática de San Martín de Jubia (977-1199)*. Santiago de Compostela: El Eco Franciscano.

SPR = DURO PEÑA, Emilio (1972), *El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijoo.

SSC = LUCAS ÁLVAREZ, Manuel (1978): «El monasterio de San Salvador de Camanzo», *Archivos Leoneses*. 64, p. 273-379.

SVP = LUCAS ÁLVAREZ, Manuel / LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro (1996): *El priorato benedictino de San Vicenzo de Pombeiro y su colección diplomática em la Edad Media*. Sada (A Coruña): Edición do Castro.

TC = EXTREMADOURO FIGUEROA, María Mercedes (1967): *La colección diplomática del Tombo C (Memoria de licenciatura)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

TCe = SÁEZ SÁNCHEZ, Emilio / SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos (1996-2006): *Colección diplomática del monasterio de Celanova (842-1230)*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares (Servicio de Publicaciones).

TF = FERRO COUSELO, Xesús (1995): *Tombo de Fiães (Anexo 20 do Boletín Avriense)*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial.

THPT = MAURE RIVAS, Xulián (2006): *Para unha escriptoloxía do galego. Edición e estudo escriptolóxico do Tombo do Hospital de Pobres de Tui (1436-1490)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

- TMILG* = VARELA BARREIRO, Francisco Xavier (dir.) (2004-): *Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega. [<http://ilg.usc.es/tmilg/>].
- TO* = PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco (2004): *Os documentos do tombo de Toxos Outos*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- TSa* = LUCAS ÁLVAREZ, Manuel (1986): *El Tombo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII). Estudio introductorio, edición diplomática, apéndices e índices*. Santiago de Compostela: Caixa Galicia.
- TSob* = LOSCERTALES DE G. DE VALDEAVELLANO, Pilar (1976): *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural.
- TVL* = LÓPEZ SANGIL, José Luis / VIDÁN TORREIRA, Manuel (2011): «Tombo Viejo de Lugo (transcripción completa)», *Estudios Mindonienses*, 27, p. 11-373.
- VARELA AENLLE, Carlos (2010): *Repertorio toponímico e xentilício da terra Eo-Navia*. Vigo: Universidade de Vigo.
- VFD* = FERRO COUSELO, Xesús (1967): *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. Vigo: Galaxia.
- WILLIAMS, Edwin (1975): *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

## RESUMO

Neste trabalho visamos demonstrar, através de um pequeno corpus de exemplos galegos e portugueses, a utilidade do registo toponímico e da toponomástica enquanto auxiliares da linguística diacrónica no que diz respeito à identificação e à descrição de fenómenos fonéticos cuja presença noutras parcelas da língua comum é nula ou, no mínimo, muito limitada, sendo essa a razão principal da sua escassa presença na bibliografia especializada de referência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística histórica, fonética, onomástica, toponímia, língua galego-portuguesa.

## ABSTRACT

Toponymy and historical phonetics in the galician-portuguese area:  
guidelines for a line of research

The aim of this article is to show, through a small corpus of Galician and Portuguese examples, the importance of toponymic records and the study of place names as aids to

diachronic linguistics, as far as the identification and description of phonetic phenomena totally absent from or hardly mentioned in other fields of the language is concerned. This accounts for their exclusion from specialized bibliography.

**KEY WORDS:** Historical linguistics, phonetics, onomastics, toponymy, Galician-Portuguese.